

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
LUANA PEREIRA DOS SANTOS

**ESPORTE E DEFICIÊNCIAS: UMA TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE INCLUSÃO
NAS ESCOLAS, POR MEIO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Florianópolis
2016

LUANA PEREIRA DOS SANTOS

**ESPORTE E DEFICIÊNCIAS: UMA TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE
INCLUSÃO NAS ESCOLAS, POR MEIO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientador(a): Prof. MSc. Frank Cardoso Lummertz

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Luana Pereira dos

Esporte e Deficiência : Uma trajetória no processo de inclusão nas escolas, por meio da disciplina de Educação Física / Luana Pereira dos Santos ; orientador, Frank Cardoso Lummertz - Florianópolis, SC, 2016.

52 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Gênero e Diversidade na Escola . 3. Educação Física e a Inclusão. 4. Educação Física no Brasil e suas tendências . 5. Educação Física em um novo tempo. I. Lummertz, Frank Cardoso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

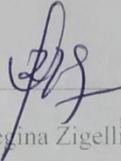
LUANA PEREIRA DOS SANTOS

**ESPORTE E DEFICIÊNCIAS: UMA TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE
INCLUSÃO NAS ESCOLAS, POR MEIO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

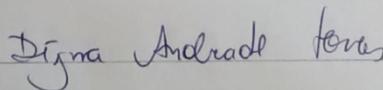
Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

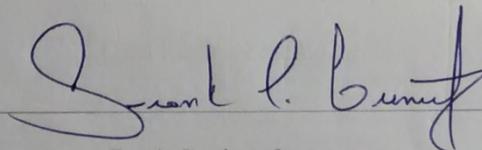


Olga Regina Zigelli Garcia

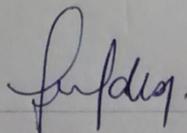
Banca Examinadora:



Dijna Andrade Torres



Frank Cardoso Lummertz



Fabrícia Machado Fernandes

AGRADECIMENTOS

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência passou por um grande processo até chegar nas políticas públicas que temos hoje. A inclusão na educação ainda é recente, não são todas as escolas que estão preparadas para receber alunos com deficiências. O professor na sala de aula muitas vezes tem que ter a sua função dobrada pra realmente incluir o aluno e conseqüentemente buscar sua qualificação no assunto. Nas aulas de educação física o contexto é bem diferente do que acontece em sala de aula, muitas vezes o professor acaba excluindo o aluno com deficiência por pensar levar as aulas para o caminho do rendimento padronizado. Ou seja, a inclusão não acontece. Esse Trabalho de Conclusão tem a proposta de embasar teoricamente todo o contexto do processo da inclusão do deficiente nas aulas de educação física e por meio da utilização do esporte, evidenciando sua trajetória. Junto a essa abordagem histórico e teórica foi levantado dados referentes a formação, expectativas, conhecimento, práticas e experiências por meio de entrevistas com alguns professores de educação física da rede de educação pública do município de Praia Grande (SC) e Mampituba (RS).

Palavras-chave: Inclusão. Educação Física. Esporte.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities had pass through a big process until arriving at the public policies that we have today. Inclusion in education is still recent, not all schools are prepared to receive students with disabilities. The teacher in the classroom often has to have his function doubled to really include the student and consequently seek his qualification in the subject. In physical education classes, the context is very different from what happens in the classroom, often the teacher ends up excluding the disabled student for taking the classes to the standardized income path. That is, inclusion does not happen. This work of Conclusion has the proposal to base theoretically the whole context of the process of inclusion of the handicapped in physical education classes with the use of sports, evidencing their trajectory. Through interviews, along with this historical and theoretical approach, data were collected regarding the training, expectations, knowledge, practices and experiences of some physical education teachers of the public education network of the city of Praia Grande (SC) and Mampituba (RS).

Keywords: Inclusion. Physical Education. Sport

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNE – Conselho Nacional de Educação

EFA – Educação Física Adaptada

E.U.A – Estados Unidos da América

FIEP – Federação Internacional de Educação Física

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IES - Instituição de Ensino Superior

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDB – Lei de Diretrizes de Bases

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SC – Santa Catarina

SESC – Serviço Social do Comércio

RS – Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL E SUAS TENDÊNCIAS.....	12
2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA EM UM NOVO TEMPO.....	25
2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO.....	50

1 INTRODUÇÃO

A palavra *Inclusão* ainda assusta muitos profissionais da educação, pois nem todos estão preparados para conviver e dar suporte a pessoas com deficiências. A lei da inclusão na escola regular trouxe um desafio muito grande para os profissionais de educação. Porém, geralmente, o que se tem visto é a *integração* do aluno com deficiência, onde este está presente em sala de aula, mas não está inserido no conteúdo das atividades do professor.

A questão de o professor incluir o aluno chama a atenção dos demais alunos, para que eles o percebam e tenham um olhar como um colega comum em sala de aula, onde o aluno com deficiência pode fazer as atividades que os mesmos fazem, mas com adaptações e objetivos diferentes, e assim aprendam a conviver com a diversidade.

Nas aulas de Educação Física, onde um dos principais objetivos é a integração e socialização dos alunos, a partir do processo de inclusão, passa ser a inclusão e a adaptação dos conteúdos perante a deficiência deste aluno, que pode ser tanto física, como intelectual. Isso requer um preparo, uma qualificação, e muito interesse do profissional em se empenhar para incluir os alunos com deficiência. Portanto, essa foi a problemática levantada nesse trabalho, até que ponto o profissional está preparado e como ele está lidando com a situação da inclusão nas aulas de educação física?

Será que os professores de Educação Física estão se empenhando em incluir o aluno com deficiência, e de que modo ele projetados suas aulas para que o aluno possa realmente de fato se sentir parte integrante e de ação das aulas e do contexto escolar.

Levando em consideração que o processo de inclusão teve uma longa trajetória na história da disciplina dos corpos, o que se procura no presente trabalho foi analisar, se o profissional professor de Educação Física encontra-se preparado para dar início ao processo de inclusão do aluno com deficiência, e até que ponto ele saberá lidar com suas expectativas, limites e, possivelmente, as divergências com outros alunos.

E mais precisamente se os professores que atendem esses dois municípios citados posteriormente estão procurando se adequar com a nova demanda na educação, pois como o assunto agora é tratado com seriedade em relação ao modelo social, e que está se vivendo uma grande preocupação com a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

E que a comunidade escolar regular tende a se moldar conforme as leis, e nesse processo como está sendo desvincular o modelo seguido anteriormente e que nada condiz segundo o modelo social, com o que realmente de fato tem-se acompanhado pelos estudos feitos, e dados tem-se analisados para chegar no modelo atual, muito mais humano e procurando inserir as pessoas com deficiências nos ambientes que por direito de qualquer cidadão de pertencer e fazer parte de todos os âmbitos sociais, inclusive a escola pública regular.

Como o trabalho tem objetivo discutir sobre a Inclusão na Educação Física, o trabalho inicialmente fala sobre como foi a trajetória da Educação Física, onde se observou muitos avanços, mas que infelizmente todo o processo educativo que a Educação Física representa hoje em dia, foi muito lento e de uma adequação bem diferente. Toda a escola de maneira geral ainda tem muito para avançar. Porém parece que a Educação Física esteve na contramão de todo o processo de ensino, e obviamente em relação a inclusão, já que como se constituiu a trajetória de maneira lenta, ainda se procura estar de acordo com a realidade atual, mas o que se sabe é que isso provavelmente irá levar algum tempo para chegar realmente de fato onde se quer chegar, que é a inclusão do aluno com deficiência, também nas aulas de Educação Física, que é um direito de todos os alunos.

A Educação Física passa por varias transformações, que serão apresentadas no texto seguinte, em que se destacam os modelos e visões disciplinares da Educação Física nas escolas iniciados ainda no século XIX no Brasil, tais como os modelos Higienista, Militarista, Pedagogicista e Competitivista até as visões atuais com abordagens que compreende como os modelos Construtivista, Desenvolvimentista, Critica-Superadora e Emancipatória. Para isso foram usados os suportes teóricos de especialistas e estudiosos de Educação Física, tais como, Lino Castellani Filho, Paulo Ghiraldelli Junior, Edivaldo Góis Junior, Go Tani, entre outros.

Em seguida o trabalho trás o avanço que a Educação Física fez, em relação a todo o processo e visão anterior, e passa a fazer mais significado de fato para o processo de educação. Então a Educação Física muda no sentido de não se tão exclusiva como antes, e que a vários movimentos ela se desvincula da parte de doutrinar corpos, e passa a ter uma visão muito mais ampla que até então, e por isso, começa nesse momento histórico a grande virada da Educação Física, pois passa a ser mais aberta a novas práticas corporais, e menos excludentes.

Já na parte final do trabalho, foi dedicado um espaço para a pesquisa em sí. E que pode dar bastante consistência no trabalho, pois o processo de mudança ainda esta em andamento, então ainda assim, estão um pouco ligados com alguns princípios que estão em fase de desprendimento e adequação para a nova realidade. Então o objetivo foi analisar aspectos da formação dos docentes, suas experiências, seus pontos de vistas, limites, e até que ponto a sua formação influenciou na adaptação dos conteúdos e suas diferentes realidades escolares. Tendo em vista que na região em que os profissionais atuam nem todas as escolas estão preparadas para enfrentar os desafios propostos a partir da metodologia da inclusão. A pesquisa procurou atender, exclusivamente professores de Educação Física da rede pública de educação das cidades de Praia Grande (SC) e Mampituba (RS) – pois são municípios vizinhos e possuem uma estrutura semelhante –, com um total de cinco entrevistados. A metodologia procurou utilizar-se de entrevistas. As entrevistas foram feitas através de perguntas fechadas (ver anexo 01), ao qual foi incluída questões referentes a titularização do docente, ano de sua formação, se durante a sua formação ele entrou em contado com conceito de inclusão, até perguntas mas subjetivas direcionadas as suas expectativas e experiências profissionais com alunos com deficiência.

Com esses dados levantados foram feitas análises comparativas que serão discutidos com a idéia de mediar, entre até que ponto a realidade do espaço profissional atende as expectativas desses docentes, e se a expectativa existe ou deixou de existir por algum motivo, com o intuito de registrar esse tempo em que os profissionais encontram-se justamente com o desafio de enfrentar suas realidades. Outro item evidenciado foi às experiências por eles vividas.

Por fim, nas considerações finais foram colocadas algumas conclusões que o presente trabalho alcançou, bem como algumas questões que foram evidenciadas a partir das respostas dadas pelos entrevistados. Sabe-se, por exemplo, que houve um descompasso entre a implantação das legislações vigentes com as adequações das universidades e cursos de Educação Física para a formação e qualificação dos professores a respeito do tema de inclusão, ou seja, esse “espaço/tempo” de adequação da lei para a realidade foi aqui tratada, como uma consideração de que a partir da virada do século para o XXI, foi o tempo em que os cursos superiores das faculdades começaram a se adequarem para formar os professores dentro desta perspectiva da inclusão.

2 A Educação Física no Brasil e suas Tendências

A Educação Física ao longo da sua inserção como disciplina escolar, passou por diversas transformações, cada uma dessas modificações foram de acordo com os ideais e objetivos de ações políticas em cada época histórica, mas visando uma melhora no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de aptidões físicas.

Segundo o Coletivo dos Autores (2009), a Educação Física escolar, tem contribuído historicamente para a defesa dos interesses das classes no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista. A tomada da disciplina dos corpos seguiu essa tendência industrializadora e capitalista da sociedade, onde se via que um corpo saudável e forte é mais vantajoso para as atividades derivadas dos trabalhos, principalmente os fabris. Mesmo na atualidade tendo uma quinada para o desenvolvimento dos esportes junto ao espaço escolar, a disciplina do corpo ainda faz-se presente.

A Educação Física no Brasil teve seu início de construção e adequação em âmbito escolar, com influência europeia ainda no período imperial, com ênfase na idéia higienista. Essa concepção higienista procurava adotar a concepção de um corpo saudável, junto a um olhar para o cuidado da saúde populacional, como descreve o doutor em Educação Lino Castellani Filho (1991, p. 39):

Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país que, saindo de sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida.

No sistema Higienista, o modelo médico foi bastante seguido, implantou-se essa concepção nas escolas para que tivessem pessoas com uma disposição maior, e isso levava a querer que o corpo fosse uma ferramenta de melhora social. Esse foi um modelo que já era usado em países europeus na época referida. No Brasil tentou-se copiar o modelo higienista bastante usual nas escolas das principais capitais e cidades européias. O nacionalismo emergente do século XIX como ideologia de construção de uma nação, necessitava de um povo “forte” fisicamente. Portanto, a disciplina de educação física, e suas diferentes modalidades – como atletismo, lutas e ginástica – era um componente essencial para o desenvolvimento e, sobretudo, para a disciplina dos corpos.

O controle familiar por parte dos higienistas, inseriu-se, portanto, na política populacionista elaborada pelo Estado Nacional, com vista a “tentar criar uma população racial e socialmente identificada com a camada branca dominante” que pudesse vir a estabelecer um equilíbrio de forças, entre a população branca e a escrava. Os médicos higienistas, então, através da disciplinarização do físico, do intelecto, da moral e da sexualidade, visavam “multiplicar indivíduos brancos politicamente adeptos a ideologia nacionalista” (CASTELLANI FILHO, 1991, p. 43)

Observando as literaturas citadas, a educação física, surge como um somativo para os ideais capitalistas da época que já vinham avançando, para isso, procurava-se oportunizar as pessoas para essa prática, dentro dos objetivos do poder. Ou seja, a de criar e disciplinar um corpo para o trabalho. Um corpo forte e saudável é o melhor para o sistema de produção, que dependia diretamente do trabalhador, que mais tarde passaria a ser o trabalhador assalariado. Dessa maneira, por meio do Estado Nacional – no caso do Brasil, o Império – na época, buscou-se vincular a ideia higienista de um corpo saudável e limpo junto com os interesses dos emergentes capitalistas. Obviamente, que por outro lado, a educação física, no campo escolar, também passou a ser bem vista por parte dos escolares, pois, os esportes e o desenvolvimento destes, passaram a ser meios do desenvolvimento do ensino/aprendizagem.

Dentro dessa perspectiva da trajetória da disciplina de educação física nas escolas, Fernando Azevedo, um estudioso do liberalismo descreve dentro da pedagogia da educação que:

Se educação, pois, começa onde a eugenia acaba, cabe-lhe, no entanto, uma dupla função, não somente a de estimular e apurar as aptidões dos indivíduos, orientando-os no sentido de sua vocação, isto é, das tendências e possibilidades de sua “natureza original”, como também a de descobrir e “apontar nas massas humanas os biótipos mais evoluídos intelectualmente” e capazes de uma adaptação mais pronta e

eficiente as diversas atividades ou profissões dominantes numa sociedades determinada. É essa função de “filtro” ou de reativo que permite à educação contribuir para a seleção dos mais capazes, nas gerações sucessivas, perquerindo em casa uma delas, por uma longa sondagem, os indivíduos mais bem dotados e encaminhando-os para aquelas, dentre as atividades de meio social, a que os predestinou ou aparelhou melhor a natureza. (FERREIRA NETO apud AZEVEDO, 1999, p. 107)

Nesse sentido, o cadenciamento capitalista aborda seus primeiros resquícios de existência, pois coloca o homem já como um grande instrumento de crescimento e evolução. Conclui-se que se precisa de homens que trabalhem de acordo com que a demanda pede. Desse modo, e a partir de uma historiografia, certificou-se que havia outros interesses por detrás da necessidade da educação física nas escolas. Não só aquelas diretas ligadas às aptidões físicas, mas também ligadas a questão de higiene e trabalho. Somando-se a essas questões, também se evidenciou que em muitos países – ou reinos – no século XIX, esse desenvolvimento do corpo, essa idéia do “corpo saudável” estava conectado com propagandas nacionalistas. Sendo que nessa época, muitos países estavam em formação e concorriam entre si. Estava em jogo que nação possuiu um povo mais atlético, forte e disciplinado para o trabalho e outras tarefas civis e sociais. Em questão, este corpo saudável e harmonioso fosse eleito representante de uma classe e de uma raça.

A Educação Física ai torna-se uma chave para abertura de um desenvolvimento massificador, onde o homem tem que moldar-se e qualificar-se de acordo com suas habilidades, em qual ramo vai atuar.

Ainda de acordo com Ferreira Neto, é possível observar:

Não se trata, pela educação, de formar o homem in abstrato, mas o homem e o cidadão para uma certa época e para um certo meio, isto é de torná-lo conforme, em nosso tempo, ao tipo atual do homem civilizado, como cada sociedade, em cada época, procurou conformá-lo como o tipo social que lhe impuseram as suas condições peculiares, dentro das exigências e das aspirações de um determinado tipo de civilização. (FERREIRA NETO apud AZEVEDO, 1999, p. 112)

Em uma análise, é interessante notar que a partir dessa concepção da Educação Física Higienista em nenhum momento histórico ela possuiu o teor de ser inclusiva. Ficou claro que jamais seria aceito a idéia de incluir alunos com deficiência em suas práticas, já que o objetivo da disciplina na época é contrária a idéia de inclusão, principalmente, relacionada a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência física. Ora, se uma pessoa com deferência não está

apta ao trabalho, não estará apta ao preparatório escolar que era a Educação Física. Assim, a disciplina escolar também atuava como selecionadora dos corpos.

Ainda no século XIX, havia a idéia de melhorar a raça, uma eugenia presente e constante na Educação Física Higienista. Portanto, ao saber dessas questões históricas ligadas a Educação Física, evidenciar, ao fazer um pequeno comparativo com as tendências e políticas usadas agora, no contemporâneo, é um avanço muito positivo em relação a desconstrução do tabu de classificação das pessoas que veio sendo construído desde os primeiros anos da Educação Física como disciplina escolar. Ou seja, as mudanças de hoje, nada mais são que as lutas e vitórias de uma trajetória para a mudança de concepções ligadas as atividades físicas e daquilo que uma sociedade considera como “saudável, útil” ou “doente, desnecessário”.

Nesse percurso, promissoramente, a Educação Física em sua essência não era nem um pouco “bonita”, seus ideais continham intenções absolutamente preconceituoso e excludente. Pela sociedade que se formava na época via-se que a manipulação e alienação da população por parte do objetivo político/capitalista moldado com espelho na construção social de outros países como os Estados Unidos, Alemanha e França.

Como colocou o professor Edivaldo Góis Júnior (2013) que o Brasil se aproximou da França em suas intenções. Mas durante o século XIX, o debate sobre a formação do povo brasileiro foi intenso, pois alguns médicos eram contra as medidas que esse ideal de eugenia constituía. Para se ter uma idéia, até em casamentos queria-se radicalizar, criar ordem de poder para influenciar nas questões de com quem a pessoa podia unir-se em matrimônio. Uma vez que a constituição do povo passava pela constituição familiar. Ou seja, um bom casamento, com uma “boa raça” para que o corpo saudável se perpetuasse. Criava-se, com essas ideologias nacionalistas, um controle populacional sempre com o intuito de melhorar a raça, o que acabava por ser um grande e influenciador político de constituição e normas. Afetando diretamente populações pobres que eram consideradas inferiores, e consequentemente, fragilizando a percepção que instituições e núcleos da sociedade mantinham a respeito de pessoas que nasciam ou desenvolviam algum tipo de deficiência. Nessa época a visão sobre essas pessoas, era a visão de caridade “assistencialista” segregador, onde o Estado ou instituições filantrópicas acabavam excluindo essas pessoas internando-os em sanatórios, conventos, hospitais, etc.

Não só a comunidade escolar, mas, sobretudo a medicina da época, também contribuiu para a difusão da visão higienista e do eugenismo na sociedade brasileira em questão. Mesmo em comum acordo, alguns médicos divergiam em alguns posicionamentos, pois, mais que se tenha o mesmo objetivo – de melhorar a sociedade – as justificativas, pensamentos e crenças eram diferentes. Para se ter uma ideia, pode-se ter uma visão disso, da influência médica, a partir dos trabalhos de Edivaldo Góis Júnior, ele descreve:

Mesmo que os médicos brasileiros tivessem característica bastante heterogêneas em relação aos métodos, teorias e ideologias, eles eram homogêneos na cobrança do governo sobre a proposta de formação do povo através de uma educação higiênica, sem dúvida, uma característica relevante do higienismo nacional. Colaboravam, assim, para a organização de intervenções estatais no campo da Saúde e Educação. Por isso, as tentativas, por certo incipientes, mas presentes do governo imperial em responder algumas demandas sociais, como por exemplo, a escolarização da ginástica. (GÓIS JUNIOR, 2013, p. 146)

Segundo essa visão que pressionava as intervenções estatais em áreas centrais como educação e saúde, as escolas tinham que ter um espaço suficientemente adequado para que tivesse um ambiente mais arejado, aberto, com uma iluminação clara, amplo espaço para as práticas e com matérias que suprissem a necessidade e o número de alunos equivalente ao espaço também.

Alguns temas ainda eram discutidos, como a situação de escolas internas e externas, o tempo de permanência na escola, os horários de aulas, tinha-se preocupação até com a parte da mobília das escolas, para que se proporcionasse certo conforto e segurança para os alunos. Entretanto, temas como deficiência eram discutidos a partir da visão segregadora. Vale observar, que o sistema de ensino brasileiro estava ainda no início de seu desenvolvimento e, entretanto, conjuntamente com essas visões, a educação segue um parâmetro elitista da sociedade, ao qual envolveria apenas alguns setores economicamente desenvolvidos.

A partir do momento que as ideologias e teorias começaram a ser postas em prática – a Escola Normal da Praça da República em São Paulo foi uma das primeiras instituições a formar professores na área com as intenções higienistas, e o Colégio D. Pedro II foi um dos primeiros espaços escolares a implantar tal teoria na prática –, surgiu um dualismo entre os médicos e os primeiros instrutores de ginástica. Segundo Góis Junior (2013, p. 149) os “médicos viam na educação física dos jovens uma estratégia de disciplinarização e de

inculcação de hábitos saudáveis” e os primeiros instrutores viam a “medicina como referência científica necessária para legitimar suas práticas”. Então essas duas perspectivas demonstraram uma equidade na sua relação de interesses, e trabalho em comum objetivo que era uma Educação Física voltada para a saúde, o cuidado, a eugenia, a cura, a prevenção, e de certa forma controle populacional, perante aval do poder capitalista e industrial da época.

Observa-se, portanto que a construção neste período de final de Império e início da República Nova que as pessoas com deficiências, eram “tratadas” de forma assistencialista em hospitais, onde o médico era responsável pela sua melhora, a segregação era bastante imposta, ou seja, nitidamente a exclusão do convívio social era condicionada.

Dos embates teóricos, ainda com pensamento de eugeniação da raça, mas com o pensamento de aprimoramento total do corpo físico, surgiu no Brasil a Educação Física Militarista. Um novo modelo para a Educação Física no Brasil. Por volta do início do século XX, ainda com visão eugenista surgiu um novo modelo de Educação Física, a militarizada, que em si, com seu método de aplicação, trouxe uma exclusão em termos muito grande.

Diferentemente da Educação Física Higienista, que se acredita capaz de “redimir o povo de seu pecado mortal, que é a ignorância”, e que o leva às condições de deterioração da saúde, a Educação Física Militarista, por sua vez, visa à formação do “cidadão-soldado”, capaz de obedecer cegamente e de servir de exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem. (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p. 18)

Pode-se dizer que o modelo militarista foi um desdobramento da concepção higienista. Mas deve-se levar em consideração os fatos históricos que seguiriam na primeira metade do século XX: as duas grandes guerras mundiais. Como sugeriu Ghiraldelli Junior, as nações emergentes a potências globais necessitavam de um “cidadão-soldado” capaz de proteger a sua pátria dos inimigos intrusos. De todos os lados, países começaram a seguir essa nova tendência. O Brasil não tardou em implantar esse modelo para não ficar de fora.

Para se ter uma ideia desse fato, segundo a tese de Hélio Póvoas, que Lino Castellani Filho cita:

Entreguemos ao Exército todos os poderes para que, no setor de Educação Física, ponha em prática em todo o território nacional a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um evangelho salutaríssimo à nação. Para nos pôr a salvo das tormentas, organizando a nossa defesa, o Exército glorioso precisa de um “Homem Brasileiro”, com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiantes, entreguemo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento de vigor físico

indispensável à organização bélica de uma Pátria, ainda que a mais pacífica, como a nossa. Seja o Brasil, no tocante à Educação Física, uma Escola de Educação Física do Exército. (CASTELLANI FILHO, 1991, p. 87)

Portanto, por parte dos dirigentes brasileiros, nota-se claramente a guinada de uma educação física higienista para essa nova militarizada. A pátria necessitava defender-se. A educação física militarista – emergente na primeira metade do século XX – tinha como base o método francês, e segundo Ghiraldelli Junior (1991) fala que talvez essa “influência militarista na Educação Física brasileira seja o componente forte e duradouro”, pois foi constantemente resistente durante as seguintes décadas.

Nesse período, as políticas que envolviam esportes e educação, o Brasil entra em um caminho quase que sem volta, o modelo de nacionalismo que emergia era friamente antissocial, pois ao comparar a Educação Física Higienista com a Militarista, a higienista foi de certo modo “melhor”, por que difere-se em sua relação educacional e institucional. Pois a visão liberal/capitalista do século XIX, sem sombra de dúvidas foi menos cruel que um certo “nazifacismo” do início do século XX, criado pela Educação Física Militar e suas inspirações, conjuntamente, com a ideia de um nacionalismo racial. Nesse sentido, a visão militarizada catapultou de vez as perspectivas excludentes relacionado a pessoas com deficiência, pois não deu espaço para eles. O Nacionalismo racial dessa época, tendência muito forte oriunda da Alemanha nazista, de vez, vai excluir todas as parcelas da sociedade que possuíam algum tipo de deficiência. Para esse modelo, que agrupou a visão militarizada dos corpos, era necessária a constituição de um povo valente, guerreiro e com total capacidade, coisas que escapavam daqueles que possuíam algum problema físico.

Então, ainda existia uma visão de cura e tratamento das pessoas com deficiência, pois a pessoa com deficiência mental, por exemplo, era vista como doente mental, e por isso ficava longe do convívio social, presente só o familiar, por serem os indivíduos exclusivamente responsáveis por estes.

A Educação Física Militarista preocupa-se apenas em formar cidadãos prontos para o combate, prontos pra servir a Pátria se houver conflitos, diferente da anterior que estava ligada a eugenia, a procura de pessoas saudáveis para melhor trabalhar.

A melhor síntese dessa comparação fica por conta de Heraldo Simões Ferreira, que tratou essa questão da seguinte maneira:

A relação aluno-professor abandona a postura paciente-médico, como era considerada na tendência Higienista, e passa a vigorar como recruta-sargento. Não há diálogo entre ambos. Os fundamentos do nazismo e do fascismo, em ascensão na Europa, também são percebidos. O nacionalismo exacerbado e reproduzido através de hinos e canções de amor à pátria, a preocupação com a limpeza da raça, o racismo, o culto ao belo e a exclusão dos ditos inferiores passam a serem situações frequentes nas sessões de Educação Física. (FERREIRA e SAMPAIO apud FERREIRA, p. 04. 2009)

Nesse período as tensões das guerras, as corridas bélicas e econômicas nortearam os padrões educacionais de muitos países ocidentais que direta ou indiretamente envolveram-se com esses conflitos. Portanto, notou-se que não só a disciplina de Educação Física, mas todo o espaço escolar serviu para a construção dessa concepção militarista, que buscava não só moldar os corpos de seus cidadãos, mas também disciplina-lo para a guerra.

Continuando essa trajetória, em meados do século XX, após duas turbulentas guerras, toda a inspiração brasileira em métodos europeus dá uma tranquilizada, uma enfraquecida, e volta-se ao método Norte-americano. Foi nesse período que se encerra duas fases da implantação dos esportes e da educação física na sociedade e na educação por meio dos espaços escolares. O Brasil já havia passada e experimentado a visão higienista do século XIX e logo em seguida a visão militarista do início do século XX. Essa terceira fase na trajetória do desenvolvimento da modalidade e da disciplina corporal, iniciada após a segunda grande guerra, é enfatizada no trabalho. Na figura dos homens e das mulheres trabalhadoras. No texto, *O Papel da Saúde nas Tendências e Abordagens Pedagógicas da Educação Física Escolar* ao qual o SESC é citado Heraldo Simões Ferreira e José Jackson Coelho Sampaio, têm essa noção:

Após a Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo e a vitória dos aliados, a Educação Física passa a sofrer a influência do liberalismo americano, assim como grande parte do mundo ocidental. Nos Estados Unidos a Educação Física recorria a jogos e brincadeiras, ginásticas, lutas e esportes, principalmente o basquetebol e o voleibol, conteúdos logo assimilados pela disciplina no Brasil. Ainda no campo da atividade física, os americanos passaram a investir em programas de exercícios físicos e na formação de atleta. (FERREIRA e SAMPAIO, 2009, p. 5 apud SESC)

De certo tempo em diante, a Educação Física tomou outras formas, com um objetivo mais voltado para o olhar educativo, que passou a ser uma peça chave para a construção de um novo modo de reprodução social. Percebeu-se então, que a modalidade no Brasil nunca teve uma inspiração própria, mas seguiu sempre tendências mundiais em cada época. O que se comprova mais claramente com esse terceiro ciclo, inspirado no liberalismo norte-americano, e na massificação das culturas a partir da década de 1950. Surgiu daí, a Educação Física Pedagógica, uma terceira classificação de método apontado nesse trabalho:

Nesta classificação existe uma nítida diferenciação entre instrução e educação. Assim, as diversas disciplinas escolares são “instrutivas”, enquanto que a Educação Física, mais rica, é também “educativa”. Nesse sentido é ela que colabora decisivamente, ou “pelo menos deveria colaborar se os órgãos públicos assim o desejassem”, para que a juventude venha a “melhorar sua saúde, adquirir hábitos fundamentais, preparo vocacional e racionalização do uso das horas de lazer”. (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p.19)

O professor de Educação Física passa a ser visto neste momento, como um educador, não mais como um instrutor, a ginástica, o jogo, os esportes variados e praticados ganham mais destaque dentro da disciplina escolar. Neste momento histórico, a prática em si da Educação Física, não tem mais sua visão voltada só para a saúde, ou a construção de uma sociedade limpa ou guerreira, com determinados cuidados que chegaram a ser politizados.

Então, com um estímulo diferente e com outros focos, a Educação Física, passa a ser considerada uma disciplina educativa, que trabalha o movimento corporal, não só por se movimentar, mas com o intuito de desenvolver integralmente o aluno e também sua capacidade esportiva. Segundo Ghiraldelli Junior (1991, p 19) a Educação Física é encarada como algo “útil e bom socialmente”, e deve ser respeitada acima das lutas políticas dos interesses diversos de grupos ou de classes. Ela passa a ser útil e boa para a sociedade como um todo. Evidencia-se a questão de classes, agora a Educação física em escolas, públicas ou particulares, passam a atender todas as classes da sociedade e não mais só aquelas mais elitizadas.

Na citação acima, vê-se claramente o passo que a Educação Física tomou, diferenciando em relação às antigas representações, mas claro, sem deixar de ser crítica e as coisas não são apagadas ou esquecidas, ou seja, a transformação em prática é totalmente diferente da teoria. Mesmo existindo a mudança para uma nova percepção, a implementação na prática demora um tempo e encontra resistências. O que se verá também na segunda parte

desse trabalho, relacionado com os conceitos de inclusão e deficiências nas escolas. Ou seja, que existe um tempo de adequação para as coisas ganharem um novo sentido.

Basicamente para esclarecer essa questão, vem encaminhando-se a próxima tendência pedagógica que a Educação Física seguiu no seu rumo histórico – poderia dizer que foi até um quarto ciclo aqui evidenciado – que tem uma junção, de certa forma, desintegrada da Pedagogista, pois dá um rumo diferente que até então era seguida nesse terceiro ciclo.

Esse novo período após a visão Pedagogista, surge então a Educação Física Competitivista, que teve início nos anos 60 e se prolongou até meados dos anos 80, a influência da prática em si do esporte ganha total destaque, passou-se, desde então, a pensar a Educação Física como a fomentadora de aptidões de esportes, isso novamente com influência norte-americana, o Brasil, entra em um processo de valorização dos esportes. Como no EUA, que usufrui muito do esporte de produção, rendimento e resultados. O Brasil também se utilizou disso em suas escolas, era mais uma tendência mundial.

Segundo o livro Coletivos de Autores (2009, p. 53) a partir de então, a influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que “não há o esporte da escola, ou seja, de visão educativa, e sim o esporte na escola”, na qual usa um método mais técnico.

A Educação Física Competitivista, que segundo o Coletivo de Autores, diz que

O esporte determina, dessa forma, o conteúdo de ensino da Educação Física, estabelecendo também novas relações entre professor e aluno, que passam da relação professor-instrutor e aluno-recruta para a de professor-treinador e aluno-atleta. Não há diferença entre professor e o treinador, pois os professores são contratados pelo seu desempenho na atividade desportiva. (COLETIVOS DE AUTORES, 2009, p. 54)

Por um lado, os esportes, nesse período ganham um maior destaque junto a disciplina, ampliou-se a visão acerca da Educação Física na escola. Os esportes passaram a serem projetados como um indicativo da qualidade de vida e de uma catapulta social que via nos esportes um meio para alcançar o estrelato e a fama, isso de forma ilusória, pois cada vez mais ia se elitizando as classes, por que quem poderia praticar o esporte futuramente, era aquele que tivesse melhores condições, tanto físicas, quanto financeiras e, contudo isso, a Educação Física acabou mais uma vez por ser um “fantoche” do sistema capitalista, pois essa forma de trabalhar a disciplina na escola veio espelhada no movimento liberal/democrata norte americano, que via no esporte um “nicho” de um mercado consumista.

O esporte de rendimento passa a ser muito usado na Educação Física e, portanto, é dado um lado mais técnico do que pedagógico, isso sempre refletido na atual realidade brasileira, então por intermédio da intervenção militar, o esporte passa a ser fundamental para a visão da modernização social que se foi imposta, junto com as idéias de manipulação e alienação pelos militares, e pelo gancho inspirado nos EUA.

Pode-se dizer que, anteriormente, a tendência Pedagógica de certa forma, teve um pequeno “estalo”, mas não se desenvolveu como deveria ser desenvolvido, pois no período de sua instauração surgiu a tendência Competitivista, que colocou o esporte num patamar que não vem de encontro com a concepção educacional e escolar, mas que por um longo tempo foi instrumento de trabalho na metodologia dos professores de Educação Física.

Nessa trajetória do desenvolvimento da Educação Física no âmbito escolar, como foi observada, passou nos primórdios pelas mãos de médicos higienistas, que pensavam em uma eugenia, uma purificação social no Brasil, onde se queria tornar o Brasil um país politizado e elitizado, mas precisaria do restante da sociedade, que era chamada de “grande massa”, para serem as “cobaias” desse sistema capitalista, que se instaurava em vários países europeus.

Com uma visão mais ampliada, e sem foco, posteriormente, foi à vez de a população ser instruída militarmente, pois a Educação Física, passou a ser encarada pelo lado das Forças Armadas, não era mais o médico e sim, o militar, o instrutor com sua visão focada na pátria, na defesa territorial, no corpo forte e viril, para defender os interesses, sempre capitalista. O Brasil nas suas gestões políticas sempre espelhou-se nos países hegemônicos economicamente, e que encaravam a defesa de sua pátria de todas as formas, seja voluntariamente ou obrigatoriamente.

No Brasil, desde os primórdios destas questões que o presente trabalho abordou, governos instituíram políticas públicas direcionadas num sentido do querer ser o que não se podia ser (como no caso de uma raça pura), e a grande população, principalmente pobres, marginalizados e esquecidos sofrendo, como num todo sendo excluídos.

Então vemos que neste contexto histórico social que se encontra com grande influência militar, em vários âmbitos, na escola o aluno com deficiência ainda é ausente, pois se tratando de uma educação mais técnica, não se vê a inclusão como algo importante, e sim resultados.

A Educação Física por muito tempo esteve à mercê de interesses externos ao do Brasil. Como descreveu Castellani Filho:

Em ambas as concepções educacionais burguesas, o Homem é uma abstração. Todavia, na primeira, pode ser pensar a educação ainda como criação de cultura, o que, na segunda, define-se precipuamente como investimento ‘racional’(...) ou, ainda, é um enfoque cujo tratamento e prescrições encontram-se ‘sempre na linha da economia da educação: não se cuida de Homens, mas de força de trabalho, não se trata da construção de Homens historicamente determinados, mas da elaboração de um fator de produção necessário – força de trabalho nos vários níveis e tipos de qualificação técnica’. (CASTELHANI FILHO, 1991, p. 106)

A questão da produção desenvolvida pela massa de trabalhadores fica muito clara, quanto aos interesses dessa tendência que teve muita força no período ditatorial aqui no Brasil (1964-1985), sendo característico para a dominação. Ainda segundo Ghiraldelli Junior (1991, p. 30) fala que a “tecnização, com sua aparente aura de neutralidade científica, casa-se perfeitamente bem com os interesses da Educação Física Competitivista”. O autor continua descrevendo que, o “sustentáculo ideológico dessa concepção é a própria ideologia disseminada pela tecnoburocracia militar e civil” que chegou ao poder em março de 1964. Ou seja, a ascensão dos militares ao poder no Brasil com o golpe de 1964, sela os interesses internos desse quarto ciclo da trajetória histórica do desenvolvimento das atividades físicas na escola e na sociedade: a Competitivista. Desse momento em diante, era chegado a vez da visão tecnoburocrática, ou seja, uma nova roupagem no modelo competitivista.

Os fatos que se passaram nesse turbulento momento histórico que viveu o Brasil durante a ditadura militar, ficaram em muitos momentos sobre os panos, assim como se obtinha o domínio sobre a educação, a população, havia também em relação a outros meios sociais, como por exemplo, os veículos de comunicação, que na época eram todos censurados, só apareciam o que o governo militar queria, nada contrário aparecia. Portanto aqui, surge no Brasil, uma lacuna na trajetória do processo histórico do desenvolvimento da educação física como disciplina escolar no Brasil. Até porque os militares vão se esforçar para programar a visão tecnoburocrática em todos os setores do estado, não deixando as escolas de lado.

A problemática aqui evidenciada, foi que como há um tempo de adequação para que as novas tendências virem práticas formativas, pedagógicas e também duradouras, nesse período ditatorial que passou o povo brasileiro, restou de lá muitas marcas, ainda vê-se muito

na maneira de politizar e agir do governo, em querer manipular e demandar sua população de acordo com os seus interesses, que ainda se desenrolam em favor do capitalismo ou do neoliberalismo vivenciado na atualidade. Nesse caso, esse período da ditadura, foi a fase que a Educação Física viveu perante a realidade histórica que foi bem mais intensa, e também com uma extensão maior em relação às outras tendências, tais como as anteriores citadas: a pedagogicista e a competitivista. Essa tendência tecnoburocrática dos militares brasileiros de certa forma vai interromper as tendências anteriores e também proporcionar, ao cabo de seu final, um novo modelo, mais democrático e de certa forma mais justo.

Mas também, data do final desse período, propriamente a partir da década de 1980 com uma extrema demanda atingida, fundiu-se movimentos populares, que acabaram por modificar um pouco o contexto “aprisional” do governo ditatorial e seus objetivos. Foram então difundidos outros objetivos para a Educação Física, que passou a ser focada em trabalhar um todo do Ser, desenvolvendo hábitos saudáveis e que envolvessem mais ludicamente e cooperativamente, dentro dos conteúdos já estabelecidos pelas legislações. Surge uma Educação Física Popular.

O esporte então passa a ter um intuito diferente, não mais com o objetivo de rendimento e técnicas, entre outros agrupam-se aos já vivenciados, a dança e as ginásticas. Todos estes para melhorar a vida das pessoas, não mais para domesticar e adestrar como as tendências anteriores.

Mas como descreve Paulo Ghiraldelli Junior (1991, p. 33):

É preciso entender que não estamos considerando a Educação Física Popular como a Educação Física praticada por todo o povo (ou melhor, a Educação Física eventualmente praticada pelo povo). A Educação Física Popular é, sim, uma concepção de Educação Física que emerge da prática social dos trabalhadores e, em especial, das iniciativas ligadas aos grupos de vanguarda do Movimento Operário e Popular. Assim, como todas as outras concepções levantadas até aqui, a Educação Física Popular não pode ser encontrada em forma imaculadamente pura na sociedade. Todavia, à medida que nos aproximamos das experiências encetadas pelos núcleos mais conscientes do Movimento Operário é possível resgatar uma concepção de Educação Física relativamente mais autônoma.

A Educação Física Popular se distingue bem das tendências anteriores, pois seu objetivo não é de disciplinar os homens, ou até mesmo preocupada com a saúde do homem, e sim uma socialização maior, pois esta longe de uma teoria em pesquisas de campo, em relação

a Educação física, e sim uma teoria mais empírica. E também vale lembrar que ela segue uma conjuntura histórica brasileira, que foi o período da redemocratização e o fim da ditadura militar (1985). Esse contexto, juntamente com os movimentos operários e sociais da época deram um ar mais democrático em relação a essa disciplina e aos esportes.

A partir de certo momento, a Educação Física parte para outros ideais. Passado todas aquelas turbulências do período, surge um pensamento mais filosófico, que desenlça o homem não apenas como corpo, e sim uma dualidade de corpo e mente, ser humano e o pensamento. Isso por volta dos anos 1980, que é chamado pelos especialistas do assunto de movimento renovador ou humanista, pedagogicamente falando. Em Coletivo dos Autores (2009, p. 55) a “educação física se caracteriza pela presença filosófica em torno do ser humano, sua identidade e valor, tendo como fundamento os limites e interesses”, e então surgem correntes oriundas da psicologia comportamentalista. Lino Castelhani (1991, p. 220) descreve que o “Homem é um ser eminentemente cultura e o movimento humano, por conseguinte, representa um fator de cultura, ao mesmo tempo em que também se apresenta como seu resultado”. A Educação Física traz o Ser Humano como instrumento de sua história. Segundo, ainda Castelhani Filho (1991, p. 221) a “Consciência Corporal do Homem é sua compreensão a respeito dos signos tatuados em seu corpo pelos aspectos sócio-culturais de momentos históricos determinados”.

Essa Tendência não foi adaptada assim, da noite para o dia, os profissionais de Educação Física, em pequeno numero começaram a desenvolver seu trabalho em cima dessa perspectiva. Ou seja, como mencionado anteriormente, existe um tempo de adaptação, um tempo de adequação, que vai desde as legislações, os cursos de formação de novos professores e profissionais, até os espaços escolares. Porém, hoje o número é muito alto de professores que aderiram a essas novas práticas, pois a realidade política da sociedade mudou muito com o passar dos anos, e com isso a Educação Física vem se adequando aos moldes. Tem isso em vista, esse tópico buscou evidenciar os níveis conceituais que a trajetória da disciplina de educação física passou no Brasil.

Na frase de Manuel Sergio, um filósofo e educador, citado na última página do livro do Lino Castellani (1991, p. 222): “homens, capazes de transformarem o tempo em que vivem”, resume bem o propósito da Educação Física perante o seu tempo histórico. Como descrito aqui no texto, a Educação Física teve suas histórias de exclusão sociais, com propósito menos humanísticos, mas, todavia, graças a evolução das sociedades e de seus

estudos científicos com estudiosos com visão de amplitude, ao passo, nessa trajetória, foi mudando essa história. Longe de um final feliz, há muitas melhorias a serem feitas, que serão discutidas nos próximos tópicos, tais como a inclusão e os esportes na educação física.

Para evidenciar essa nova tendência, mais democratizada e com apoio de outras áreas, como citado aqui, tais como, a filosofia, a psicopedagogia, a Educação Física pautada na tendência popular:

É dominada pelos anseios operários de ascensão na sociedade. Conceitos como inclusão, participação, cooperação, afetividade, lazer e qualidade de vida passam a vigorar nos debates da disciplina. O aluno, depois de um longo período, desde a tendência Pedagogicista, entre 1945 e 1964, passa a ser parte do processo, sendo ouvido, podendo sugerir e criticar (FERREIRA e SAMPAIO apud FERREIRA, 2009. p. 07)

Dentro da questão lógica, é importante salientar que nesse momento histórico, em mais especificamente no início da década de 1990 é que a palavra e o conceito de inclusão vão aparecer de forma mais atuante e integral. Nesse momento, os deficientes passam a ser visto como pessoas excepcionais que necessitam de apoio, de instituições adequadas para trabalharem seus limites e também rendimentos. Dessa maneira, e como apresentado, a inclusão nas aulas de Educação Física será a parte essencial desta pesquisa. Tendo em vista essas ideias e a trajetória ao qual passou a disciplina, levantou-se uma série de novos questionamentos em relação à realidade atual do trabalho e prática do professor de Educação Física, e também, sua visão pessoal de como está em relação a ordem política da educação e suas legislações vigentes.

Para isso o novo tópico além de abordar a tendência atual de inclusão nas escolas e na educação física, também apresentará uma análise das entrevistas coletadas exclusivamente para essa pesquisa com profissionais da rede de ensino público.

2.1 Educação Física em um novo tempo

Como foi visto ao longo da história da Educação Física, o objetivo até então era sempre “casado” com interesses políticos, e não indo de encontro com os verdadeiros

objetivos que a atual realidade exige. No Brasil tinha-se a idéia de criar uma nação domesticada e alienada, mas graças ao avanço do Movimento Operário, o caminho teve que seguir outro rumo.

A partir de então, a disciplina de Educação Física sentiu a necessidade de se fazer presente em vários âmbitos sociais, que até então não eram feitas, e se eram feitas com propósitos diferentes para as mulheres e para homens, ou para a classe trabalhadora e a elitizada, então passou a ser massificada e popularizada.

O período entre final dos anos 70 e início dos anos 80, vem com grande força desfigurando todo o processo anterior, como fala Ghiraldelli (1991, p. 45) que teve um aumento significativo do número de profissionais da área empenhados na discussão de “práticas alternativas” para a Educação Física. Numa tendência democratizadora, os profissionais da área começaram a fazer encontro e a dialogarem sobre os objetivos da Educação Física, que passa para um novo processo de readequação de conteúdos e metodologias, pois não há mais um enquadramento do que se obteve até então.

Dentro da tendência Popular, surgiram varias abordagens, que eram estudadas por alguns teóricos dão época, mas que ainda vem sendo muito discutidas nos curso de Ensino Superior, ao qual, o professor pra habilitar-se, precisa estudar os diversos caminhos que a Educação Física passou, pra chegar até os estudos atuais, uma coisa tipo da compreensão de todo o processo histórico.

A abordagem pedagógica dentro da sua perspectiva trabalha de uma forma, e também ocorrendo uma metodologia diferente usada pelo professor, e a variação de atividade. Alguns professores tendem a usar varias tendências, pois todas elas de alguma forma enquadram-se e se fazem necessárias, para as devidas ordens da Educação Física Escolar.

As abordagens pedagógicas atuais são a Psicomotricidade que tem como principal estudioso e educador físico, o francês Jean Le Boulch, onde se trabalha o corpo e a mente, em um dualismo bem determinado, pois o corpo e a mente têm que estar em sintonia para que se tenha um desenvolvimento integral entre a mente, o corpo e o social. Le Boulch descreve que a psicomotricidade:

Se dá através de ações educativas de movimentos espontâneos e atitudes corporais da criança, proporcionando-lhe uma imagem do corpo contribuindo para a formação de sua personalidade. É uma prática pedagógica que visa contribuir para o desenvolvimento integral da criança no processo de ensino aprendizagem,

favorecendo os aspectos físicos, mental, afetivo-emocional e sócio-cultural, buscando estar sempre condizente com a realidade dos educandos. (JOBIM e ASSIS *apud* LE BOUCH 2001 p. 04)

Outra abordagem pedagógica somada a essa citada anteriormente, é a Construtivismo, onde é baseada em estudos de outro francês, Jean Piaget, e também inspira-se na abordagem da psicomotricidade, pois a relação do corpo com o mundo social é muito valorizado, e o desenvolvimento humano se conecta com o psicológico e emocional afetivo e cognitivo, e esse desenvolvimento no construtivismo é baseado também no conhecimento já adquirido pelo aluno, valorizando o que ele já sabe. Defende João Batista Freire (2009, p. 67) que quando o “ato de brincar é na escola, por que não usar de forma educativa e construindo o brincar de acordo com o conhecimento da criança”, ou seja, uma construção com o que a criança já conhece executando e desenvolvendo uma prática com objetivo educativo, entre o ser e o mundo, na visão global, como defende o construtivismo.

João Batista Freire ainda descreve:

(...) a criança é um ser humano, bem diferente dos animais irracionais que vimos nos zoológicos e circos. Crianças são para serem educadas, e não adestradas. Sou o primeiro a defender a idéia de que todas elas devem aprender a fazer parada de cabeça (plantar bananeira), dar cambalhotas, apostar corridas, jogar bola e assim por diante. No entanto, a atividade da criança deve se caracterizar por seu aspecto humano. Um urso também é capaz de plantar bananeira, talvez até com mais facilidade do que uma criança. No entanto, o animal, até onde sabemos, não pode ter consciência do que está fazendo – a criança sim. Isso implica na liberdade, independência, autonomia. Falando de ser humano e de educação, de nada vale saber fazer sem compreender. (FREIRE, 2009, p 69)

É importante a fala de Freire que ele faz em relação entre seres irracionais e racionais, há uma grande diferença entre eles, e a Educação Física tem um papel primordial nessa parte de ensinar a usar essa racionalidade a seu favor, em seu desenvolvimento integral quanto ser humano racional.

Já na abordagem Desenvolvimentista, a idéia é trabalhar as habilidades motoras, sempre buscando um pouco a mais, ou seja, um aperfeiçoamento do corpo, mas obviamente não com o intuito de adestrar o corpo, e sim desenvolver na melhor forma possível, dentro da ciência do movimento humano, devidamente estruturado a partir de uma faixa etária de acordo com as etapas do desenvolvimento motor e a aprendizagem do desenvolvimento motor. Dentre as abordagens é uma das mais usadas pelos profissionais de Educação Física

Escolar, que trabalham com as series iniciais do ensino fundamental, pois a visão da abordagem entra muito de acordo com um dos objetivos mais plausíveis da Educação Física que o movimento humano, e relaciona-se com a idade motora e seus desenvolvimentos gradativos e é claro com seu meio social.

Segundo Go Tani, um dos mais influenciadores dessa abordagem, fala que:

A Abordagem Desenvolvimentista coloca o movimento humano como centro das preocupações da Educação Física Escolar. Deste modo ele é interpretado na dinâmica interação do ser humano com o meio ambiente e também dentro do ciclo de vida de um indivíduo, enquanto um elemento que contribui para uma crescente ordem no sistema, ou seja, um aspecto crítico da vida.

A Abordagem Desenvolvimentista reconhece e enfatiza o valor do movimento nas suas diferentes dimensões e manifestações: biológica, social, cultural e evolutiva. É por meio de movimentos que o ser humano interage com os meios físico, social e cultural em que vive. Na perspectiva biológica, essa interação mediante constante troca de matéria/energia e informação é um aspecto fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento de todo e qualquer sistema vivo. (GO TANI, 2008, p. 315)

Dentre as abordagens mais usadas, a abordagem critica é a mais relevante com o atual momento que a história social vive, ela é dividida em duas, a Critica-Superadora e Emancipatória. Que vem com um objetivo social mais completo, onde o aluno, ou seja, o ser social basicamente estudado e, busca na Educação Física uma construção não só individual de consciência com seu corpo, mas também com seu meio.

A abordagem Critico-Superadora citada no livro *Metodologia do Ensino da Educação Física* do Coletivo de Autores, onde um dos principais escritores é o Lino Castelhani Filho, este já citado no texto, traz em sua narrativa que a Educação Física é uma disciplina que estuda a cultura corporal, ou seja, a expressão do corpo como uma forma de comunicação, que através do corpo o homem consegue transmitir seu verdadeiro ser.

Um fato importante citado no Coletivo de Autores (2009) é que, por exemplo:

(...) o professor vê o basquete um evento, mais que o lúdico, de luta entre duas equipes, das quais uma será naturalmente a ganhadora. A equipe que ganha o faz porque é mais forte, mais hábil, tem mais garra, mais técnica etc. Por esse motivo, para o professor, driblar, correr, passar, fintar etc. devem ser executados sem erros. Isso justifica sua ênfase no treinamento dessas técnicas. Ele dá o jogo um sentido quase de um trabalho a ser executado com perfeição em todas as suas partes para

obter o sucesso ou prêmio, que até pode ser um salário. (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 62)

Vê dessa situação muito na realidade escolar hoje que, os professores de Educação Física ainda estão muito ligados ao tecnicismo, pois trabalha a execução correta, com o objetivo de que o aluno acerte, e não que execute da sua forma, ao qual está apto a fazer.

Entretanto, para o aluno, o que ele deve fazer para jogar- como driblar, correr, passar e fintar- é apenas um meio para atingir algo para si mesmo, como, por exemplo, prazer e autoestima etc. O sentido pessoal do jogo tem relação com a realidade de sua própria vida, com suas motivações. (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 62)

Então se resume que, a abordagem Crítico-Superadora vai muito além da execução, do saber jogar, e sim o porquê jogar, pra que executar, ou seja, ter um sentido e um significado para o aluno.

Já a abordagem Crítico- Emancipatória tem como autor principal Elenor Kunz que diz que:

Uma teoria pedagógica no sentido crítico-emancipatório precisa, na prática, estar acompanhada de uma didática comunicativa, pois ela deverá fundamentar a função de esclarecimento e da prevalência racional de todo o agir educacional. E uma racionalidade com o sentido do esclarecimento implica sempre uma racionalidade comunicativa. Devemos pressupor que a educação é sempre um processo onde se desenvolvem “ações comunicativas”. O aluno enquanto sujeito do processo de ensino deve ser capacitado para sua participação na vida social, cultural e esportiva. Que significa não somente a aquisição de uma capacidade de ação funcional, mas a capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida, pela reflexão crítica. (KUNZ, 2014, p. 38)

As abordagens críticas por sua vez, se auto completam, pois uma depende da outra pra existir, e conseguir se objetivar na sua essência de uma Educação Física Popular e social. Dentro da perspectiva da Inclusão, aqui é o ponto importante de se começar a falar do assunto que este trabalho trouxe.

A Educação Física Popular, com suas abordagens críticas, vê o ideal e verdadeiro objetivo que se destina a educação, no seu sentido mais incluso até então, pois nas tendências anteriores se encontra ainda muita resistência, mas que com o tempo, e objetividade se consegue mudar os parâmetros impostos pelas antigas ideologias educacionais.

Essas abordagens críticas trouxeram um olhar mais humano e social, em relação a realidade da sociedade, e também, se embasa em fazer um sentido, e ser atuante no que se

difere então, das outras. Trás consigo, uma visão mais participante e que tem o seu intuito o desenvolvimento do ser, do aluno, como um instrumento, ou melhor, como uma pessoa que se forma, transforma, constrói, aprende, conhece e se desenvolve de acordo com seu conhecimento e realidade social.

A trajetória da Educação Física, como foi vista, é longa, mas ela ainda esta em transformação, foi analisado, que hoje se vivencia um novo período de adaptação e adequação, um meio campo entre a legislação iniciada em 1988, com as práticas do ensino superior, médio e fundamental, o que perpassa por um processo de readequação. Pois como será discutido, seguidamente, em relação a pesquisa feita é que, por mais que a mudança tenha sido gradual e significativa através das leis e diretrizes, o processo de readequação dos professores de Educação Física ainda está em pleno vapor, mas que não acontecem com a velocidade necessária. Na atual realidade, que se encontra a educação, e em tratando especificamente, de Educação Inclusiva, há muito que desenvolver, para que a verdadeira transformação e inclusão aconteçam.

Chega-se então, ao ponto primordial da pesquisa, falar de inclusão, esportes e educação física inclusiva. Até então, o assunto foi apenas da Educação Física e sua mudança ao longo da história. Ficou claro que a partir, deste contexto-histórico iniciado com a reabertura democrática no Brasil é que o termo Inclusão passou a fazer parte da discussão do objetivo da Educação Física em âmbito escolar. Pode-se dizer que a tendência popular deixou muitas sementes que estão sendo plantadas ao longo dessa trajetória e que só agora, na virada do século XX para o XXI é que dão indício de estarem germinando.

O esporte na Educação Física como se descreveu anteriormente, sempre teve um objetivo de dominar, doutrinar, tecnizar e alienar partes da população, ou seja, diferente do que se aborda atualmente. Vale salientar:

Em lugar de ensinar esportes na Educação Física Escolar pelo simples desenvolvimento de habilidades e técnicas do esporte, numa concepção crítico-emancipatória, deverão ser incluídos conteúdos de caráter teórico-prático que além de tornar o fenômeno esportivo transparente, permitem aos alunos melhor organizar a sua realidade de esporte, movimentos e jogos de acordo com as suas possibilidades e necessidades. Isso implica que no ensino, além do trabalho produtivo de treinar habilidades e técnicas- que nunca deixam de ser importantes- devem ser considerados dois outros aspectos que, em muitas instancias, são mais importantes. Trata-se da interação social que acontece em todo o processo coletivo de ensinar e aprender, mas que deve ser tematizada enquanto objetivo educacional que valoriza o trabalho coletivo de forma responsável, cooperativa e participativa. E quando este processo se desenvolve sob a orientação de uma didática comunicativa, o outro

aspecto importante a ser considerado é a própria linguagem. Na Educação Física a tematização da linguagem, enquanto categoria de ensino, ganha importância maior, pois não só linguagem verbal ganha expressão, mas todo o “ser corporal” do sujeito se torna linguagem, a linguagem do “se-movimentar” enquanto diálogo com o mundo. (KUNZ, 2014, p. 44)

Essa visão de esporte tem mudado um pouco, pois o esporte na escola não poder ser tratado tecnicamente, e sim de forma educacional. Mas com o tempo vai mudando a visão, alguns profissionais trabalham as a tendência Popular, com o foco nas abordagens críticas.

Em resumo, a introdução das abordagens psicomotora, construtivista, desenvolvimentista, e críticas no espaço do debate da Educação Física proporcionou uma ampliação da visão da área, tanto no que diz respeito à natureza de seus conteúdos quanto no que refere aos seus pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. Reavaliaram-se e enfatizaram-se as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas, afetivas e políticas, concebendo o aluno como ser humano integral. Além disso, foram englobados objetivos educacionais mais amplos, não apenas voltados para a formação de físico que pudesse sustentar a atividade intelectual, e conteúdos mais diversificados, não só restritos a exercícios ginásticos e esportes. (PCN, 1998)

2.2 A Educação Física e a Inclusão

Nesse estudo – por meio de entrevistas – feito com cinco professores da Rede Pública de Ensino Regular e Especial, teve-se bastante surpresa com os resultados, pois em um simples questionário com questões abertas, obteve-se um apanhado geral muito significativo em relação a esse processo de adequação e adaptação dos cursos superiores nas universidades, na qualificação de profissionais e nas adequações das escolas em relação ao conceito e práticas para a Inclusão.

Falar a respeito de inclusão ainda é difícil para muitos profissionais, pois a falta de preparo, formação e até ideologias pessoais do professor, atrapalham esse processo. A disciplina de Educação Física como citada aqui está passando na atualidade por um processo de transformação. Tendo isso em vista, essa pesquisa veio trazer algumas informações e dados sobre a formação dos professores, as experiências e, as práticas inclusivas, tomadas pelos respectivos entrevistados em sua vida profissional junto às escolas da região.

De acordo com a ordem cronológica do processo de Inclusão, o primeiro contato social das pessoas com deficiências foi com a Escola Especial APAE que tem sua grande

importância, mas que pela lógica da Inclusão, os alunos que freqüentam as APAEs não são incluídos, e sim segregados, ou seja, separados dos demais alunos que estudam em ensino regular.

Vale um adendo que a Escola Especial surgiu em 1954, no Rio de Janeiro, mas só por volta dos anos 67 e 68 que se implantou a disciplina de Educação Física, como falou o então presidente da APAE na época, José Candido Maes Borba:

Por volta de 1967/68, sentimos a necessidade de oferecer também aulas de Educação Física para nossos alunos, o que nos levou a contratar dois profissionais. Nosso objetivo ao oferecermos a educação física na APAE era facilitar a integração social dos alunos, fazer com que eles achassem a escola mais alegre e divertida, facilitando a sociabilização (...). A partir da década de 70, inicia-se uma nova tendência na educação mundial com a introdução da individualização do ensino, na qual se procura respeitar e aceitar as diferentes necessidades de cada indivíduo, buscando no processo ensino aprendizagem atendê-las particularmente. Esse processo ganha força a cada dia na busca de ações não-discriminadoras, baseadas nos princípios da normalização, integração e individualização, que vêm subsidiar as ações de Educação Especial no Brasil. A Educação Especial passa então a atender àqueles alunos que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares referentes à sua idade, requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais diferenciadas. (TIBOLA, 2001. p. 15)

Nessa Escola Especial a Educação Física é fundamental para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, pois ela trabalha o corpo, a coordenação motora, a socialização e integração com os demais alunos da escola, entre outras coisas. Porém o contato social com as pessoas sem deficiência fica restrito, acontecem normalmente com os familiares, professores e amigos, ou seja, não têm um convívio com as demais pessoas em outros meios sociais, como por exemplo, uma escola de ensino regular. A inclusão revela-se um duplo desafio. De um lado incluir os alunos com deficiência dos espaços convencionais de ensino. E por outro lado, habituar e naturalizar a presença desses alunos excepcionais com os demais alunos regulares.

Dentro dessa perspectiva, então, criou-se a *Lei Brasileira de Inclusão* (13.146/15), já com o *Estatuto da Pessoa com Deficiência* aprovado. Diz no:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda a forma de violência, negligência e discriminação. (LBI, 13. 146/15)

Já em relação à antiga *Lei de Diretrizes e Bases*, tratando-se em específico sobre a Educação Física:

A Lei nº 9.394/96 coloca a Educação Física como componente curricular, integrada à proposta pedagógica da escola. Portanto, entende-se a Educação Física como parte integrante do Ensino Especial, já que este constitui modalidade de educação escolar. A Educação Física passa a ser garantida também às pessoas portadoras de deficiência. Nesse sentido, a área passa a rever seus conceitos na busca de um processo pedagógico que vise ao desenvolvimento integral do aluno, respeitadas suas limitações e potencialidades, além de trabalhar na direção da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. (TIBOLA, 2001. p. 26)

Então, criou-se um vínculo muito grande da Educação Física e a Inclusão, que trouxe um novo rumo para a diminuição da segregação das pessoas com deficiência, não só no âmbito escolar, mas em todos os espaços públicos, assegurando por lei o direito dessas pessoas de levar uma vida normal, independentemente do tipo da sua deficiência. Esse é um ponto crucial, a consideração de uma vida normal, como qualquer outro cidadão. Isso poderá trazer benefícios quanto ao desenvolvimento dessas pessoas dentro de suas respectivas deficiências.

Porém, sabe-se que ainda existem muitas barreiras a serem quebradas, em relação à Educação Física Inclusiva, pois no momento se entende que a disciplina encontra-se em um processo de adequação ao novo, como as novas abordagens e práticas, os espaços escolares e da qualificação dos professores:

A Educação Física, pelo seu conceito e abrangência, deve ser considerada como parte do processo educativo das pessoas, seja dentro ou fora do ambiente escolar, por constituir-se na melhor opção de experiências corporais sem excluir a totalidade, criando estilos de vida que incorporem o uso de variadas formas de atividades físicas que, com fins educativos, nas suas possíveis formas de expressão, (...) constituem-se em caminhos privilegiados de Educação. A Educação Física deve ser assegurada e promovida durante toda a vida das pessoas, ocupando um lugar de importância nos processos de educação continuada, integrando-se com os outros componentes educacionais, sem deixar, em nenhum momento, de fortalecer o exercício democrático expresso pela igualdade de condições oferecidas nas suas práticas (TIBOLA *apud* FIEP, 2001. p. 27)

Entra-se a partir de então no convés da real questão, que é a trajetória do processo de inclusão por meio da Educação Física, que juntamente com os dados aqui coletados e com a discussão com as literaturas sobre o tema, obteve-se muito material a ser analisado.

Um dos dados encontrados nas respostas das entrevistas foi que ainda há muita dificuldade em o profissional adequar-se as perspectivas atuais, ou melhor, compreender os sentidos e significados que a convivência e a utilização do espaço escolar trazem para esses alunos. Por outro lado, alguns dos entrevistados, com formação mais recente possuem de certa forma, uma maior familiaridade com o tema e encaram a situação de ter alunos com deficiência com muito empenho e simpatia, com o auxílio das propostas pedagógicas que esse novo tempo da Educação Física está proporcionando.

Segundo artigo encontrado no livro *Educação Física e os Desafios da Inclusão*, organizado por José Francisco Chicon e Graciele Massol Rodrigues, onde Graciele descreve:

(...) a tendência inclusivista depara-se como uma escola “nua” que expõe suas fragilidades e não tem mais como esconder suas limitações e lacunas. O impacto da “inclusão” trouxe à tona a caoticidade de um modelo educacional desestruturado para demanda social emergente. Vemos que existe uma violência que estampa aos olhos até dos menos perceptivos que aflora nas tentativas metodológicas de atingir os chamados diferentes. Somos sujeitos concretos que possuem limitações e, nos arranjos e improvisações dos conhecimentos do contingente de profissionais que atuam na área, não conseguem equalizar e concretizar a educação junto aos seus alunos. Estamos diante da fragilidade de um sistema educacional na formação do educador que nem sempre supre a demanda da realidade concreta relacional. (RODRIGUES *apud* CARMO, 2013. p. 10)

A Educação Física é uma importante aliada no processo de inclusão, entretanto, o sistema educacional ainda está atrasado em questões de estruturas, tanto na formação de profissionais, quanto na estrutura física da escola.

Nas entrevistas feitas entre o período de 12 de outubro até 07 de novembro de 2016, foram entrevistados cinco professores, dois do município de Mampituba/RS e três do município de Praia- Grande/SC. Vale observar que esses municípios são fronteiriços, tanto que professores atuam profissionalmente em ambos. Foram escolhidos por que alguns professores atuam ou atuaram na Escola Especial APAE ou possui ou possuíram alunos com deficiências em suas turmas.

Os professores são quatro do sexo feminino e somente um masculino, que variaram nos anos de suas formações, que compreende de 1994 até 2013, ou seja, equivalente a aproximadamente um recorte de 20 anos – esse foi um dado interessante, pois revelou aspectos da formação dos profissionais conforme a data e período de sua formação – que em

relação às transformações históricas das tendências da Educação Física junto com suas perspectivas, variou muito.

Os respectivos professores são: Josane formada em 1994 e com pós-graduação em Metodologia de ensino em Educação Física em 1996, atualmente trabalha em ensino regular, mas que durante dois anos atuou em uma Apae, hoje possui quatro alunos com deficiência. Elis Glória, formada em 2009, que já trabalhou em ensino regular, e que há cinco anos que trabalha na Apae. Ricardo, formado em 2004, que durante dez anos trabalhou na Apae, e atualmente trabalha em ensino regular. Regina, formada em 2013, trabalha na mesma escola que a Josane, com alunos do ensino fundamental series finais. Simone, formada em 2011, atua com educação infantil e series iniciais.

No recorte de 20 anos das formações do professores aqui entrevistados, uma perspectiva interessante foi o surgimento da Disciplina de Educação Física Adaptada que até então não era inserida nos cursos de Educação Física e que veio com o intuito de reformular a metodologia usada pelos professores, ao qual trouxe uma abordagem da inclusão, segundo o PCN 1998, o princípio da inclusão é:

A sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência. (PCN, 1998)

A EFA – Educação Física Adaptada - passou a ser muito importante. Dentro da perspectiva inclusiva é fundamentalmente uma ferramenta para que o professor consiga apresentar o mínimo exigido de conhecimento, este seja, científico e prático e, que abranja as novas percepções da educação, e que não procure mais avaliar o aluno de maneira técnica e rendimento. Então ela surgiu plausível e possível para que o professor com essa disciplina inclusa em seu currículo consiga trabalhar da melhor maneira. Segundo o Conselho Nacional de Educação:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

(BRASIL, 2001. p. 26)

Ou seja, a EFA veio com um propósito de adequar-se nas exigências nacionais de educação, e também, com as necessidades dos alunos excepcionais. A partir desse momento da regulamentação das leis, que foi propriamente no final da década de 1990, as Instituições de Ensino Superior (IES), passaram a adequar-se e oferecer esse conhecimento para os futuros profissionais de Educação Física. Obviamente que cada IES, teve o seu tempo de adequação, o que foi possível analisar, tendo em vista o recorte e propósito desse trabalho.

No ano de 2001 com a criação da resolução e parecer do Conselho Nacional de Educação CNE 02/2001 de certa forma contribuiu e muito no processo de inclusão, dentro da idéia do proposto da formação de professores com alguma qualificação e tendo, como um conteúdo teórico-prática dentro da EFA. Isso foi evidenciado e como recentemente descreveu a doutora em educação Lucia de Araujo Ramos Martins:

Está previsto, assim, que na formação inicial, durante a graduação, todos os futuros professores da Educação Básica devem desenvolver competências para atuar também com alunos que apresentem necessidades especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a educação inclusiva. (MARTINS, 2012 p. 29-30)

O parecer para a formação de professores que incluía tema que compitam a deficiências, diversidades e Educação Física Adaptada foi um grande avanço. Então a partir do ponto em que surgem exigências para que as IES tragam conhecimento e formação, alguns profissionais tenderam a conseguir formular e agir de forma inclusiva, e com um senso mais crítico em relação às diferentes dificuldades dos alunos, seja intelectual ou física. Essa questão das novas exigências para a formação dos professores foi notada através dos dados das entrevistas, os professores com formações mais recentes, demonstraram mais conhecimento a respeito do assunto e citam as cadeiras do curso que abordaram o tema deficiência, inclusão e Educação Física, que os demais com a formação ainda no formato anterior sem a disciplina de EFA não conheciam.

Outra questão que tangencia essa discussão foi o surgimento do conceito diversidade nos cursos formadores universitários:

Para que o professor promova a adaptação curricular de modo a assegurar o atendimento à diversidade existente em sua sala de aula, ele precisa refletir sobre o

currículo proposto, questionar os conteúdos existentes e objetivos previamente definidos, tendo como parâmetro a realidade de sua turma. Isso não significa que cada professor criará um novo currículo a partir do desenvolvimento real observado em sua turma, pois adaptar o currículo não significa propor um currículo diferenciado, mas adequar aquele conteúdo, aquele tempo previsto para aprendizagem à realidade de seu grupo de estudantes. A compreensão da existência de diferentes caminhos para a aprendizagem fará com que o professor pense o processo de ensino e busque recursos distintos que favoreçam a aprendizagem, ainda que em tempos diferenciados. Isso requer um profissional embasado teoricamente para justificar as suas decisões e devidamente implicado com a realidade dos seus alunos e com o seu processo de aprendizagem. (PIMENTEL, 2012 p. 147)

De acordo com as adaptações de inclusão, o professor tem que estar atento às novas formas de metodologias. Segundo os dados da pesquisa, foi analisado que apenas uma professora, dentre os demais, ao qual relatou que não havia estudado nada referente a deficiência, inclusão ou EFA, ou seja, ela é uma das professoras com a formação mais antiga, e que hoje, está entrando no processo de aposentadoria. E portanto, não tem interesse em se qualificar por que pra quem esta entrando nesse processo é pouco conveniente que a pessoa mude sua maneira de trabalhar.

Analisando o posicionamento desta professora, com a graduação concluída em 1994 – mais de vinte anos de experiência com a docente – com uma visão mais conservadora perante a atualidade em que se encontra a Educação Física Escolar e Inclusiva. Talvez, deva-se a isso o fato de ela defender que os alunos com deficiência deveriam e devem frequentar apenas a Escola Especial (APAE), ou seja, no seu relato, foi contra a perspectiva da inclusão, e a favor da segregadora, mesmo conhecendo o que significa estes dois termos. Portanto identificamos que possivelmente esse posicionamento deveu-se ao fato de que no momento de sua formação acadêmica – no início da década de 1990 – as leis estavam poucas organizadas e muito menos havia iniciado o tempo de adequação das universidades sobre o assunto para a formação dos futuros professores. Segundo ela:

Trabalhei por dois anos na APAE e agora trabalho com a educação infantil e série iniciais, meu posicionamento é que o educando teria ou seria mais incluso se continuasse na APAE, exemplo: deficiente mental moderado pois as atividades são mais direcionadas e eles se sentem melhor. Aplico as mesmas atividades com todos sem distinção ajudando-os conforme suas limitações, pois há diferença entre teoria e prática. (JOSANE, 2016)

A parte descrita pela entrevistada, deixa claro certa percepção em que o aluno se sente incapaz para executar uma atividade, onde uma criança sem nenhum tipo de deficiência consegue com facilidade. Obviamente que o tipo de deficiência sempre deve ser levado em consideração para testar limites e desenvolvimentos, mas nunca pode ser encarado como um pretexto para impedir uma criança de participar de atividades coletivas, e que de certa forma o modelo de incapacidade é seguido por ela, já que no ponto de vista da professora o aluno deve estar apto a prática da Educação Física e, esse pensamento encaixa-se bem historicamente com a realidade que ela viveu durante sua formação acadêmica. Segundo Pimentel:

Essa sensação de impotência é aumentada pelos estigmas que são imputados pelo preconceito social com relação à diferença. Muitas vezes, por desconhecimento das peculiaridades e potencialidades da diferença, o próprio professor traz um olhar discriminatório/classificatório para o estudante com alguma necessidade especial. No entanto, sua ação deve ser desconstruir ou favorecer a superação do estranhamento inicial provocado pela diferença, possibilitando aos educandos com deficiência mostrarem suas potencialidades. (PIMENTEL, 2012 p. 146)

A questão levantada por esse autor em relação a essa situação é o estigma. Fica evidente que são as questões de adequação que a disciplina de Educação Física tem que fazer, e junto a isso, também os professores. E isso é um processo que não acontece do dia para noite. É claro que um professor com uma formação mais recente terá mais subsídios e condições para trabalhar com a inclusão, do que, por outro lado, os professores formados no início da década dos anos 1990, onde ainda estava-se constituindo e formando as teorias da Educação Física Popular, de uma Educação Física Crítica, uma Educação Física que hoje está em evolução, e mesmo assim, ainda, não está em seu momento perfeito.

Surgem vários questionamentos a respeito da qualificação profissional, diante de tanta mudança, por exemplo, usando esse dado da formação dessa entrevistada – cerca de mais de vinte anos – mesmo com os avanços significativos das leis e adequações, por que será que determinados professores de Educação Física não conseguiram alcançar uma qualificação adequada? Quais os empecilhos que motivam a estagnação profissional e de formação? Fica uma questão muito interessante a se pensar, pois mesmo o professor em alguma situação em que tenha vivido um momento não muito feliz durante sua aula, não se sinta instigado a procurar saber por que algo não deu certo, com tal aluno, e que o professor busque refletir sobre as diversas metodologias e didáticas diferentes que funcionam mais que as usadas desde

sempre com todos os alunos. O professor tem que despertar para o novo, e tentar se adequar mais rápido as mudanças contínuas na educação.

Outra professora entrevistada com uma conclusão de graduação mais recente, especificamente em 2009, e que atualmente trabalha na APAE, relata que no início teve muitas dificuldades, mas com o tempo ela conseguiu adequar-se a metodologia usada para o ensino especial, pois é difícil para todas as pessoas a se adequarem ao novo, sem que tenha um estranhamento e uma dificuldade inicial, mas com interesse as coisas vão se encaixando e então se consegue entrar no sistema e no processo.

Em relação a esse estranhamento inicial e posteriormente o processo de adequação e organização das práticas, Tibola faz a seguinte colocação:

A Educação Física Escolar deve oportunizar a todos os alunos, independentemente de suas condições biopsicossociais, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não-seletiva, visando a seu aprimoramento como seres humanos. O processo de ensino e aprendizagem, a despeito dos conteúdos escolhidos devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitivas, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social). Não se restringe à simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas de capacitar o indivíduo para refletir sobre suas possibilidades corporais e exercê-las com autonomia de maneira social e culturalmente significativa. (TIBOLA, 2001 p. 32)

Levando em consideração essas questões, a professora Elis Gloria, por sua vez, com uma experiência de cinco anos trabalhando em escola especial, sempre buscou mais conhecimentos (observando as questões cognitivas, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social de cada aluno). Ela aponta que o ensino regular, “diferente do especial, trabalha muitos conteúdos”, e a especial é mais gradativo, com repetições das atividades para que os alunos consigam assimilar. A professora entrevistada Elis Gloria esclarece, segundo seu ponto de vista, que “quando o aluno consegue realizar algo que antes não conseguia é muito gratificante” e ainda completa, “amo estar com eles”. O que fica claro um envolvimento e preocupação dela perante as dificuldades dos seus alunos e mesmo com tantos desafios diários, sempre procura trabalhar da melhor maneira possível para suprir as necessidades de desenvolvimento de cada aluno.

Em uma das questões, os entrevistados foram perguntados sobre o processo de inclusão, e se eles acreditavam que exista inclusão nas aulas de Educação Física. Nessa questão, apenas a Elis Gloria (2016) respondeu que não, pois a Educação Física é diferente e

que “no ensino regular acredito que na maioria das vezes não exista inclusão, porque o aluno com deficiência tem uma limitação que nas atividades competitivas o “impedem” de ser excelente, de ser “perfeito”.

Já os outros professores explicam que sim, é possível incluir nas aulas de Educação Física. Porém a professora Josane relata, que “sim e não”, que “depende muito da limitação do aluno”, ou seja, não há inclusão efetiva. Na sua visão, ela analisa que existe um grau de deficiência, que vai desde a mais complicada até a mais branda.

Esses dados são interessantes porque sinalizam que um primeiro momento da formação dos professores é necessário o contato e a familiarização com o conceito de inclusão e conseqüentemente suas práticas. Dos cinco entrevistados, três que se formaram mais recentemente acreditam na inclusão na escola regular e apenas uma que disse que não, esta que evidentemente consegue ser bem destacada dos demais, por ter seu pensamento mais firme em relação às novas perspectivas e modelo social

A professora Regina, observa que trabalhar com alunos com deficiência na escola regular, numa perspectiva de inclusão integral, não depende apenas da formação do professor, mas também do espaço físico adequado da escola e também do conjunto de docentes empenhados no desenvolvimento de todo o processo. E por isso acredita que a escola como um todo é responsável para que a inclusão aconteça de fato.

Analisa-se, primeiramente, que a inclusão para acontecer de forma integral, vai depender da formação do professor, da disponibilidade de adequar às atividades e que todos os alunos possam fazer que sejam trabalhados métodos e uma abordagem pedagógica mais humanista, emancipatória e dentro das dificuldades individuais. Ou seja, é necessário, a princípio, fugir do método tradicional e conservador das tendências tecnicista e competitivista da Educação Física e procurar abordar de maneira mais adequada até inclusive as abordagens, já que o objetivo é suprir a necessidade do aluno e estar de acordo com a realidade. E sobre isso, Rodrigues salienta:

O que mais escutamos é que “A teoria na prática é outra coisa...”. Ora, nem poderia ser diferente. Não há ideal de ser humano a não ser aquele que reinventamos na nossa interpretação. Nossa intervenção transcende o “imaginário”. O alpendre de nossas ações se situam na justificativa de que as teorias deveriam dar conta da nossa prática. Visualizamos as teorias como prescritivas de ações que predita o que devemos fazer e com isso temos a expectativa dos resultados – um caminho seguro e cursivo do começo ao fim. (...) A educação física historicamente carrega as marcas de conteúdos rígidos esportivizados e competitivos e inúmeras dispensas médicas

que sustentam a constatação do não enfrentamento dos professores diante da falta de conhecimento sobre o outro e suas possibilidades. RODRIGUES, 2012. P. 21 – 24)

Ainda, se tem muita dificuldade em entender que a Educação Física vai além da prática correta das atividades e conteúdos apresentados pela disciplina, e sim que precisa ter-se o cuidado, quando o assunto é inclusão, para que o aluno com deficiência não seja segregado, ou apenas integrado e na pior das hipóteses excluído. E partir deste ponto, aprimorar os conteúdos e adequar dentro das possibilidades.

Entrando então na parte do esporte da Educação Física, os professores foram questionados sobre esporte e inclusão. Qual a importância da relação entre esporte e inclusão? Como trabalhar os esportes com a visão inclusiva? Perante as suas experiências, práticas curriculares e conhecimento explanaram sobre o esporte e inclusão em suas aulas fornecendo algumas de suas experiências vividas.

A professora que atua na Escola Especial, Elis Gloria, diz que “o esporte é de extrema importância (...) porque o esporte tem o poder incrível de aproximar todas as pessoas indiferente da raça e habilidade”. O professor Ricardo, disse que “o esporte tem tudo a ver quando se fala em inclusão. No esporte se aprende a conviver com as diferenças (...) se aprende que, o mínimo de desempenho possível que cada um pode dar de si, faz toda a diferença”. Mesmo tempo essa ótica positiva, relata que “depende muito das dificuldades do aluno a ser incluído”. No geral, sobre essa relação esporte, inclusão, os entrevistados foram unânimes em considerar os benefícios do esporte para as crianças com deficiência, até mesmo no sentido da “socialização” que o esporte proporciona com as demais crianças.

A professora Josane descreve que “o esporte é um excelente caminho para a criança ocupar a mente e desenvolver o corpo” e ela também diz que o esporte ainda tem a capacidade de integração social de crianças e jovens, transformando suas vidas, diminuindo o preconceito e os estereótipos, formados pela sociedade.

Já a professora Regina acredita que o esporte na inclusão é “fundamental, pois primeiramente esporte é saúde em todos os âmbitos, qualquer atividade por mais simples que seja trás um benefício ao aluno. Estes constroem o aprendizado, jogando, se divertindo com as atividades adaptadas.” E a professora Simone defende que o esporte para a inclusão, serve como um instrumento de integração, diminuir os estereótipos, aumentar a auto-estima dos alunos com deficiência, e faz com que eles se sintam socializados com os demais alunos, a professora também defende que, em se tratando de saúde e bem estar, o esporte é um aliado.

O professor de Educação Física de maneira geral, na perspectiva inclusiva busca sempre adaptar o esporte, sendo ele coletivo ou não, mas que a vivencia feita pelo aluno seja da melhor maneira possível, como uma pratica importante e relevante, para a formação integral do ser humano, e de forma justa e igualitária em suas diferenças.

Por exemplo, como descreve Elenor Kunz (2014, p. 123-124):

a “transformação didático-pedagógica do esporte” se dá inicialmente pela identificação do significado central do *se-movimentar* de cada modalidade esportiva. Não é intenção da transformação didático-pedagógica do esporte alterar esse significado. (...) Transformações devem ocorrer, acima de tudo, em relação às insuficientes condições físicas e técnicas do aluno para realizar com certa “perfeição” a modalidade em questão. Essa “perfeição” se concretiza no nível do prazer e da satisfação do aluno e não no modelo de competição, pois não é tarefa da escola treinar o aluno, mas ensinar-lhe o esporte, de forma atrativa, o que inclui a sua efetivação pratica.

O professor tem que visar sempre às potencialidades dos alunos, trabalhar com os alunos pra que estejam sempre em cooperação com todos os envolvidos na aula, e de maneira nenhuma classificar ou avaliar os alunos de forma técnica, pois não seria digno de um professor menosprezar os avanços e desenvolvimento dos alunos. E essa é uma questão que permeia essa perspectiva da adequação dos professores nessa tendência inclusiva, por que mesmo sabendo dos assuntos, será que determinados professores estão comprometidos com essa nova experiência? E, sobretudo acreditam nisso para se doar e mudar seu jeito de dar aulas?

A desconstrução da forma de trabalhar e ver o verdadeiro papel da Educação Física, que não é de formar atletas e sim cidadãos sociais que consigam viver em pluralidade e diversidade, e que busquem no esporte e na pratica esportiva, algo alem de vencer, que seja acima de tudo uma ferramenta para a melhora na qualidade de vida tanto física, psicológica e social.

Evidentemente que, uma das maiores dificuldades dos professores Educação Física, de um modo geral, quando se fala em inclusão é que primeiro, a formação e o conhecimento do professor sejam equivalentes ao que é proposta de fato como prática pedagógica.

Os cursos universitários de formação de professores de Educação Física, na tentativa de formar especialistas do esporte, ensinando a esses profissionais a mais especializada e evoluída tecnologia científica dos esportes, formam, na verdade, indivíduos leigos para o exercício da profissão de professor de Educação Física na

maioria das escolas brasileiras. Provavelmente, na escola, nem o aluno e nem o diretor farão qualquer distinção entre o trabalho prático realizado por esse profissional com curso universitário e o de uma pessoa qualquer que goste de ginástica e dos esportes. (KUNZ, 2014, p. 84)

Ou seja, os professores têm que tem um mínimo de formação pedagógica do esporte da escola, portanto os cursos devem se adequar as normas estabelecidas, a exigências que se integrem ao corpo curricular das IES, e que de forma mais rápida essa adequação ocorra, para que o processo de inclusão não demore cada vez mais para acontecer. Outra coisa importante a se dizer é que os cursos sejam pra formar um profissional apto para trabalhar em vários ambientes, e com vários tipos de alunos, seja ele com deficiência ou não, que saiba de maneira metodológica dar sua aula em quaisquer circunstâncias, mesmo com a falta de material, que um segundo ponto a ser destacado.

Este, por sua vez, é a questões das barreiras, pois a falta de material é vista pelo professor de Educação Física para um dos fatores que impeçam uma inclusão efetiva do aluno com deficiência. Isso vem bastante nítido na forma como é ensinado nos cursos das IES, sobre um esporte padronizado, por exemplo: o futsal, deve ser aprendido em uma quadra com as medidas quase que oficiais, o basquete também, tem que ter a quadra com o cesto e uma bola de basquete, o handebol com a bola padronizada, o atletismo então, deve ser totalmente adaptado da melhor maneira para que pareça com o esporte oficial, ou seja, repetimos a colocação de que o esporte da escola é diferente do esporte na escola (Coletivo de Autores, 2009, p. 70). E o professor de Educação Física tem que ser preparado para trabalhar o esporte da escola.

Então uma das barreiras que ainda incomoda o professor, é a falta de local e material, para as aulas, ou seja,

Começando já a relacionar alguns problemas pedagógicos para o ensino de movimentos padronizados do esporte, destaca-se ainda o fato já mencionado dos materiais e locais, que também obedecem a uma rígida padronização e condicionam o seu uso adequado. Pode-ser perceber nos especialistas do esporte a forma como os mesmos condicionam o uso dos locais e materiais da pratica dos esportes para cada finalidade. Assim por exemplo: o especialista do esporte, ou mesmo os que entendem o movimento no sentido restrito do esporte, não conseguem entender que uma pista de atletismo também pode ser utilizada para andar de bicicleta, ou que uma bola de voleibol pode ser chutada, ou ainda, que para a piscina pode-se levar objetos, brinquedos, etc. (KUNZ, 2009, p. 84)

Fica clara, a real diferença entre o professor de Educação Física e o especialista do esporte. Professor deve se colocar sempre em diálogo o esporte e o pedagógico, e não esportivo. E, contudo o professor tem que procurar se adaptar com a realidade da escola em que leciona, mas sem deixar de se preocupar com o aluno a ser incluso e não decorrente de ter material, fazer aulas mais esportivizadas e de rendimento, e excluindo alunos com pouca aptidão esportiva e alunos com deficiência.

A dificuldade mencionada, da falta de estruturas nas escolas como espaço físico inadequado, e a falta de material é quase que universal, sabe-se que há muitas escolas que estão super estruturadas, mas que infelizmente na maioria falta material, e que para professor de Educação Física é de extrema valia. Claro que não basta ter vários matérias de Educação Física e um espaço bom pra fazer a aulas, tem que ser ter acesso a esse ambiente educativo – as questões de acessibilidade de todos são fundamentais, pois também, aqui tratamos de inclusão e, de falar de inclusão, entram todos os tipos de deficiências – inclusive as paraplégicas.

Dentro dessa perspectiva da inclusão, a escola regular tem que estar apta para receber qualquer aluno segundo consta na LDB 9.394/96, Artigo 58. Entende - se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Outra barreira muito encontrada ainda, é a questão do preconceito, as vezes o professor, o corpo escolar e os colegas, não sabem lidar com a deficiência, isso acaba gerando muitos transtornos, o aluno se sente mais excluído ainda, quando tratado por exemplo, de coitado e incapaz. O tratamento diferente para este aluno com deficiência, a atividade adaptada somente para este aluno, resume-se que ele se sentirá diferente. Então não é inclusão, neste caso a uma integração, e é o mais comum de acontecer.

Não que o professor diminua o nível de potencialidade da turma, mas que consiga adequar da melhor maneira que todos possam fazer as mesmas atividades, e que todos saibam da suas diferenças, e que não se sintam diminuídos por causa disso, que se sintam parte de um todo, um todo que seja atuante.

As barreiras são de forma quase que universal, um grande empecilho para que não ocorra a inclusão de forma efetiva, até porque no Brasil, depois desse apanho histórico e

teórico do processo de inclusão, é muito recente na realidade escolar. O preconceito em relação às pessoas com deficiência, que muitas vezes tem um tratamento por “ser um incapaz”, ou por um “ser inexistente, sem pensamento, sentimento e ação” ainda é imperativo, mesmo nos meios docentes. Ou seja, o professor deve tomar o devido cuidado e desconstruir e se adequar a essa nova perspectiva.

Para encerrar, esta análise sobre a Educação Física e a Inclusão, ainda que nada concluído, pois este tema requer ainda que muito conhecimento e pesquisa, certificando-se que o tempo ainda é de adequação, e que por isso, não se tem a formula correta de como trabalhar a Inclusão. Até por que antes de qualquer coisa, na escola trabalha-se com pessoas, pessoas essas de varias formas de ser, crenças, culturas e também diversas deficiências:

Nesse sentido, é importante compreender a educação inclusiva como um movimento de resistência as diversas configurações que se apresentam a exclusão social, de forma a promover mudanças nas atitudes sociais estabelecidas em relação aquelas pessoas que apresentam deficiência, em busca de um novo paradigma socioeducacional que considere a singularidade própria da condição humana diante das perspectivas segregadoras que, por muito tempo estiveram presentes na realidade desses indivíduos.(CHICON;SILVA DE SÁ, 2014. p. 382)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo trazer os traços que a Educação Física deixou e também com a pesquisa feita alguns professores de Educação Física, na região de dois municípios vizinhos, e mesmo que pertencentes a dois estados diferentes trazem uma realidade quase que parecida. Alguns fatos interessantes foram destacados sobre a pequena leitura e análise sobre a adequação da Educação Física perante suas tendências e transformações ao longo da história.

Observou-se que de fato, as mudanças para esse novo tempo que a Educação Física casou-se muito bem com a perspectiva inclusiva. Com inicio na década 1990, quando a Educação Física ainda era composta, não dividida como acontece na atualidade, pois até então, os cursos de Educação Física nas IES ainda era muito ligado e enraizado nas antigas tendências, ou seja, um ensino mais técnico, onde a preocupação era em formar Educadores

Físicos, e não professores, mesmo que com o curso o profissional seria apto para trabalhar na escola e também, fora dela.

Apesar de que desde março de 1987 por decreto do Conselho Federal de Educação já estar sobre obrigação à disciplina de Educação Física Adaptada, o processo de adequação e organização para formação de professores e divulgação dos conteúdos e novos conceitos foram longos. Variando de lugar para lugar. Cidades interioranas e escolas do interior, tais como as de Praia Grande e Mampituba, pareceu-se que o processo foi mais demorado ainda. Levando em consideração os dados das entrevistas, principalmente, o tempo das formações dos professores evidenciou-se e transpareceu-se por meio das suas experiências que, os professores muitas vezes não procuram se atualizar na medida em que há necessidade, perante as novas normas inclusivas, porque a acomodação dos profissionais é pertinente.

Acredita-se que só a partir de um tempo que infelizmente não é datado, pois depende da ação de que se trabalhe pra que as coisas se adequem, as IES no final da década de 1990, pelo que a pesquisa aponta, ainda não tinha se adequadado a exigências da lei, ou seja, não teve como esperar que este professor que veio de uma formação distinta da perceptiva inclusiva, consiga trabalhar ou defender esta Lei de Inclusão, sem ter feito parte de seu conhecimento na sua respectiva formação acadêmico.

Portanto o professor de Educação Física vem de uma formação ainda muito resistente, já que o maior problema é a adequação dos conteúdos inclusivos na realidade da educação inclusiva, que é necessária hoje em dia.

Mesmo sabendo que cursos de qualificações são oferecidos nos mais diferentes tipos de instituições, o professor de certa forma sente-se acomodado, ou talvez, menos ciente de seu dever de qualificar-se perante as normas, e ainda não compreender de fato que essa qualificação é essencial para que a escola possa oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, e que se aprenda a viver e vivenciar um novo tempo em que a diversidade e pluralidade sejam vistas como algo natural da sociedade, e que a normatividade seja de uma vez debatida e, vista sim, como algo retrógado e conservador.

No entanto, também se trata de uma mudança cultural na forma como se encara as questões a respeito da diversidade e principalmente das deficiências, e a melhor maneira de desconstruir isso é a educação. Ou seja, que a inclusão pode ser boa para o desenvolvimento do portador e também, no convívio de alunos normais com os excepcionais, criando uma nova forma de socialização e, ainda menos preconceituosa e discriminatória.

Fica evidente que em toda a história da Educação Física até praticamente os anos 1980, acompanhando tendências políticas, foi totalmente excludente de maneira bem imparcial. Pois, nota-se que nem aqueles que tinham interesse na formação profissional docente, se não fosse aprovado no teste de aptidão física, não poderiam fazer o curso. Então por que é que existiria a possibilidade de alunos sem perfeitas condições pudesse praticar com os alunos da escola regular. Se nem mesmo os que tinham interesse em cursar Educação Física se não tivessem uma aptidão física perfeita, poderiam se matricular, como é que então que na escola poderia ser incluso o aluno sem aptidão ou com dificuldade motora, se o professor de Educação Física que atua é o mesmo que passou por um processo de seletivo excludente.

Então esse processo de adequação ainda esta acontecendo, as IES ainda tende se moldar a novas tendências, pois mesmo vivenciando essa renovação na Educação Física, ainda está presa ao passado, como por exemplo, a questão do esporte da escola, que não é tão difundido e teoricamente explicado e ensinado nos cursos de graduação, trabalha-se o esporte em si, e não na perspectiva inclusiva, não usando o termo correto, a metodologia correta. Parece que é esquecido que o professor vai trabalhar com a formação de pessoas, onde há uma pluralidade e diversidade muito grande, já que biologicamente somos diferentes e, psicologicamente e socialmente também. Então na há lógica para como a Educação Física quer trabalhar, ela de fato deve-se adequar ao diferente ao plural, sem técnica, sem manual, e sim mais humano.

Finalizando, um ponto importante a se pensar, será que são realmente a formação, o material e o espaço físico, os impedimentos e empecilhos para que essa adequação e adaptação aconteçam e, a inclusão se efetive na Educação Física. Claro que não é.

Evidentemente que a Educação Física é uma somativa essencial para o desenvolvimento integral de todos os alunos, independente de sua condição física.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA BRITO, Raul F.; LIMA, João F. *Educação física adaptada e inclusão: Desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência*. Bahia. Revista eletrônica do Curso de Educação Física da UNIJORGE. 2012.
- BRASIL. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Ministério da Educação. 2001.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional*: Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.
- CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física No Brasil: A História que não se conta*. 3ª ed. São Paulo: Papyrus, 1991.
- CHICON, José Francisco; SILVA DE SÁ, Maria das Graças C. *Inclusão Escolar*. In: Org. GONZALES, Fernando J. FENSTERSEIFER, Paulo E. *Dicionário crítico de educação física*. 3 ed. Ijuí; Injuí, 2014.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 2009.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira*. 10 ed. São Paulo, Loyola, 1991.
- KUNZ, Elenor. Org. *Didática da educação física 2*. Ijuí: Unijuí, 2014.
- FERREIRA NETO, Amarildo. *A pedagogia no exército e na escola: a educação brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES FACHA, 1999.
- FERREIRA, Heraldo S.; SAMPAIO, José J. C. *O papel da saúde nas tendências e abordagens da educação física escolar*. 2001.
- FILUS, Josiane; JUNIOR, Joaquim M. *Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência*. Maringá. Periódicos/UEM. 2008
- FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione, 2009.
- GO TANI. *Abordagem desenvolvimentista: 20 anos depois*. Maringá. R. da Educação Física/UEM. 2008.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo. *Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX*. Porto Alegre. Movimento R. Educação Física da URG. 2013.

KUNZ, Elenor. *Transformações didático-pedagógica do esporte*. 8. Ed. Ijuí: Ed. Inijuí, 2014.

MARTINS, Lúcia de A. R. *Reflexões sobre a formação de professores com vista à educação inclusiva*. In: MIRANDA, Theresinha G.; GALVÃO FILHO, Teófilo A. *O professor e a educação inclusiva*. Salvador. Edufba. 2012.

PIMANTEL, Simone C. *Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos*. In: MIRANDA, Theresinha G.; GALVÃO FILHO, Teófilo A. *O professor e a educação inclusiva*. Salvador. Edufba. 2012.

RODRIGUES, Graciele Massoli; CHICON, José F. *Educação física e os desafios da inclusão*. Vitória: Edufes. 2013.

TIBOLA, Ivanilde M. *Educação física, desporto e lazer: proposta orientadora das ações educacionais*. Brasília. Federação Nacional das APAES, 2001.

ANEXO

ANEXO I: ROTEIRO DA ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pós graduanda Luana Pereira dos Santos – GDE/UFSC

- 1) EM QUE ANO VOCÊ CONCLUIU SUA GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA? SE NÃO É FORMADO, QUANDO CONCLUI?
- 2) O QUE VOCÊ ENTENDE POR SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSAÕ? DEFINA.
- 3) DENTRO DA PERPECTIVA DO PROCESSO DE INCLUSÃO, VOCÊ ACREDITA QUE HA INCLUSÃO NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FISICA?
- 4) EM SUA FORMAÇÃO, VOCÊ ESTUDOU SOBRE EDUCAÇÃO FISICA ADAPTADA? O CONTEUDO FOI SUFICIENTE?
- 5) DENTRO DAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS QUAL VOCÊ UTILIZA EXEMPLO TENDÊNCIA CONSTRUTIVISTA, CRITICA- EMANCIPATÓRIA, CRITICA-SUPERADORA?

- 6) VOCÊ JÁ TRABALHOU COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS? QUAL SEU POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? CASO JÁ TRABALHOU, ENCONTROU ALGUMA DIFICULDADE?
- 7) QUAL SUA VISÃO A RESPEITO DA RELAÇÃO E IMPORTÂNCIA ENTRE “ESPORTE E INCLUSÃO” PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA?
- 8) COMO VOCÊ TRABALHA O ESPORTE JUNTAMENTE COM A INCLUSÃO NA SUA AULA?
- 9) SOBRE A ATUALIDADE, O QUE VOCÊ PENSA SOBRE A VISIBILIDADE QUE A MÍDIA DEU PARA OS JOGOS PARAOLÍMPICOS? JUSTIFIQUE.
- 10) QUAL SUA POSIÇÃO DE ACORDO COM A LEI DA INCLUSÃO?
- 11) QUAL SUA POSIÇÃO SOBRE A ESCOLA ESPECIAL (APAE)?
- 12) VOCÊ POSSUI ALGUMA EXPERIÊNCIA MARCANTE OU TRAUMÁTICA QUE GOSTARIA DE COMPARTILHAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA?
- 13) COMO VOCÊ AGE QUANDO O ALUNO COM DEFICIÊNCIA SE RECUSA A PARTICIPAR?
- 14) QUAIS AS BARREIRAS QUE O PROCESSO DE INCLUSÃO MAIS ENFRENTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?